

RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.358 - PE (2016/0330896-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA PARAIBA
ADVOGADOS : MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA - PB003994
PEDRO PIRES - PB011879

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela Universidade Federal da Paraíba, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal de 1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015, assim ementado (e-STJ, fls. 96/97):

PROCESSUAL CIVIL. AGTR. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA ATÉ A DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO PROVIDO.

1. Neste recurso, discute-se qual seria o termo final para incidência dos juros de mora, tendo a decisão agravada entendido que eles não deveriam incidir porque a demora na expedição do precatório deu-se em razão de culpa do exequente, que apresentou à execução valor excessivo.

2. Sabe-se que, no curso do processo judicial, ainda que em fase de execução, há a cobrança de juros de mora pelo simples fato de o devedor não haver satisfeito a sua obrigação no tempo devido.

3. A orientação jurisprudencial do colendo STJ firmou-se no sentido de ser considerada como termo final para incidência dos juros de mora na execução de sentença contra a Fazenda Pública a data do trânsito em julgado da sentença proferida nos embargos à execução, ocasião em que resta homologado, em definitivo, o Precedentes do STJ e do TRF5: EDcl na ExeMS 9.638/DF, Rel. quantum debeat.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012; REsp 1259028/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2011, DJe 25/08/2011; EDcl no AgRg no REsp 1138994/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2011, DJe 28/06/2011. AG 121.796/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL ERHARDT, Primeira Turma, JULGAMENTO: 09/08/2012, PUBLICAÇÃO: DJE 16/08/2012 - Página 236.

4. Os precatórios foram expedidos em 26.06.2015, com data base de 31.05.2010, e pretende o exequente o envio dos autos à contadoria para serem inclusos juros de mora até 10.03.2015, data do trânsito em julgado dos embargos à execução, razão pela qual, tendo como norte a jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça

desta Corte Regional e do e. STJ, entende-se presente a plausibilidade jurídica do pedido.

5. Agravo de instrumento provido.

Alega a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, contrariedade ao aresto impugnado com os arts. 394 e 396 do Código Civil. Aduz, para tanto, que não incidem juros de mora entre a elaboração dos cálculos e o trânsito em julgado dos embargos à execução, pois "não é possível considerar a interposição de embargos à execução, e nem tampouco a impugnação à conta da contadoria judicial que atualizou o valor da condenação, como recusa injustificada ao pagamento" (e-STJ, fl. 112).

Contrarrazões às e-STJ, fls. 127-137.

É o relatório.

Observo que o acórdão do Tribunal de origem não destoa da jurisprudência do STJ, no sentido de que somente são devidos juros moratórios até a liquidação da conta, o que ocorre com a definição do valor devido, consubstanciado no trânsito em julgado dos embargos à execução ou, quando estes não forem opostos, no trânsito em julgado da decisão homologatória dos cálculos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PRECATÓRIO. JUROS DE MORA. NÃO INCIDÊNCIA. AFERIÇÃO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PROVIMENTO NEGADO.

1. O acórdão recorrido julgou a lide de modo fundamentado e coerente, não tendo incorrido em nenhum vício que desse ensejo aos embargos de declaração e, por conseguinte, à violação do art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Os juros moratórios, nas execuções contra a Fazenda Pública, são devidos até a liquidação do valor executado, o que se verifica com a definição do quantum debeatur, materializado no trânsito em julgado dos embargos à execução ou, quando estes não forem opostos, no trânsito em julgado da decisão homologatória dos cálculos.

3. Havendo sentença transitada em julgado determinando a incidência dos juros moratórios até o efetivo pagamento da dívida, não cabe a exclusão de tais consectários dos cálculos da execução, sob pena de afronta à coisa julgada. Precedente da Corte Especial.

4. Impossibilidade de acolhimento da tese defendida, por depender de apuração acerca da existência de sentença transitada em julgado, determinando a incidência dos juros moratórios até o efetivo pagamento. Questão eminentemente fática não delineada pelas instâncias ordinárias. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

5. Não compete ao STJ analisar suposta ofensa a dispositivos constitucionais, mesmo com a finalidade de prequestionamento, a teor do art. 102, III, da

Superior Tribunal de Justiça

Constituição Federal.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.131.996/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/2/2016, DJe 25/2/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. OMISSÃO DO JULGADO REGIONAL AFASTADA. JUROS DE MORA. TERMO FINAL. TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF.

1. Afasta-se a alegada ofensa ao art. 535 do CPC, porquanto o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos. Não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. Somente são devidos juros moratórios até a liquidação do valor executado, o que se verifica com a definição do quantum debeatur, materializado no trânsito em julgado dos embargos à execução ou, quando estes não forem opostos, no trânsito em julgado da decisão homologatória dos cálculos (AgRg no REsp 1135461/RS, relatora Min. Laurita Vaz, DJe 1/8/2012).

3. Remanesceu íntegro o fundamento do aresto regional, segundo o qual a executada poderia ter manifestado interesse em efetuar o pagamento do valor incontroverso, o que não fez, preferindo manejar os embargos à execução, submetendo, pois, todo o montante à dilação da mora. Inafastável a incidência da Súmula 283/STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 344.622/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/3/2015, DJe 26/3/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e a Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator